



Município de Tabai

Estado do Rio Grande do Sul

LEI Nº. 1.911/2021

DE 21 DE JANEIRO DE 2021.

Certifico que este documento esteve Exposto, de acordo com a Lei Municipal n.º 265/03, no quadro do mural da Câmara de Vereadores durante 30 dias, a contar de 21 / 01 / 21

Imagid Martins

Rúbrica Responsável

Altera a Lei nº 1.908, de 07 de janeiro de 2021, que instituiu o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Tabai, visando potencializar a arrecadação própria, levando-se em conta os efeitos econômicos causados pela pandemia do coronavírus (Covid-19) e dá outras providências.

ARSENIO PEREIRA CARDOSO, Prefeito Municipal de Tabai, Estado do Rio Grande do Sul, FAÇO SABER, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 1.908, de 07 de janeiro de 2021, que instituiu o Programa de Recuperação Fiscal do Município e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Tabai – REFISTABAÍ 2021, destinado à regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos de contribuintes, pessoas físicas ou jurídicas, através do qual poderá parcelar o pagamento dos créditos tributários e não-tributários, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou ajuizar, com parcelamento em curso ou de obrigações de contribuintes constituídos até 31 de Dezembro de 2020.

Art. 2º Os créditos poderão ser pagos em até 40 (quarenta) parcelas mensais e sucessivas.

§ 1º Para pagamento à vista, em parcela única, com adesão e pagamento até 31 de maio de 2021, será concedido desconto de 100% (cem por cento) sobre a multa e juros;

§ 2º Para pagamento à vista, em parcela única, com adesão e pagamento de 1º de junho até 31 de dezembro de 2021, será concedido desconto de 80% (oitenta por cento) sobre a multa e juros;

§ 3º Para pagamento a prazo, com adesão até 31 de dezembro de 2021, será concedido desconto de 60% (sessenta por cento) sobre a multa e juros.

Tabai, o povo faz o progresso

Endereço Rua Deputado Julio Redecker, 251 - Centro - Tabai - RS - Fone: 51-3614.0115 / 51-99952.9190

www.tabai.rs.gov.br

"Doe Sangue - Doe Órgãos, Salve uma vida"



Município de Tabai Estado do Rio Grande do Sul

Art. 3º As parcelas mensais e a prestação inicial não poderão ser de valor inferior ao equivalente a 18 (dezoito) Unidades de Referência Municipal – URM.

Art. 4º O pedido de parcelamento deverá ser acompanhado do pagamento da prestação inicial, correspondente a uma fração do número de parcelas estabelecidas.

Art. 5º O parcelamento somente será concedido através de Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento, em que se contenha o valor total da dívida, incluída a correção monetária, e, se houver, mais juros e multa na forma do art. 2º da presente Lei, e sua discriminação, por exercício e por espécie.

§ 1º O Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento conterá cláusula de cancelamento do benefício na hipótese de não pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas, com vencimento antecipado do saldo devido, servindo o instrumento de título executivo.

§ 2º Nos débitos de pessoa jurídica, o Poder Executivo poderá exigir a prestação de garantia, real ou fidejussória, esta mediante fiança dos sócios ou de terceiros.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a estender os benefícios de que trata a presente Lei a débitos provenientes de denúncia espontânea dos contribuintes.

Art. 7º. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12 da Lei nº. 101/00, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Art. 8º O Poder Executivo poderá, através da Procuradoria Jurídica e após a adesão ao Programa de que trata esta Lei, pedir a suspensão de execuções fiscais ajuizadas e a extinção no caso de pagamento à vista.

Tabai, o povo faz o progresso

Endereço Rua Deputado Julio Redecker, 251 - Centro - Tabai - RS - Fone: 51-3614.0115 / 51-99952.9190

www.tabai.rs.gov.br

"Doe Sangue - Doe Órgãos, Salve uma vida"



Município de Tabai

Estado do Rio Grande do Sul

Parágrafo único – Cabe ao contribuinte recolher em juízo o valor das custas e demais despesas do processo.

Art. 9º No caso de solicitação de certidão negativa de débito relativa a imóvel ou contribuinte beneficiado com o parcelamento deferido, desde que esteja em dia com o pagamento, certificar-se-á, nos termos do art. 206 do Código Tributário Nacional.

Parágrafo único - A certidão expedida nos termos deste artigo terá validade pelo prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 10 O Poder Executivo, avaliados a conveniência, oportunidade e o interesse do Município poderá ajustar o pagamento da dívida mediante dação em pagamento de bem imóvel, mediante avaliação prévia.

Art. 11 O Poder Executivo fica autorizado a compensar débitos tributários vencidos com créditos líquidos, certos e vencidos. No caso de créditos vincendos, a compensação poderá ter oportunidade em relação à parcelas vincendas do débito do contribuinte perante a Fazenda Municipal.

Parágrafo único - A compensação de créditos somente será deferida se o débito do Município resultou de contratação regular com previsão de recursos e empenho e após procedida a liquidação das despesas, com efetivo recebimento dos materiais ou certificação da realização dos serviços ou execução da obra de que decorre o crédito do contribuinte.

Art. 12 O Poder Executivo promoverá a revisão de todos os créditos lançados, inscritos ou não em dívida ativa, com vistas às seguintes medidas.

I – expurgo dos alcançados pela prescrição da ação de cobrança, nos termos do art. 174 do Código Tributário Nacional, observado o disposto no § 3º do art. 2º da Lei Federal nº 6.830/80.

II – cancelamento dos valores lançados, quando comprovada a não ocorrência do respectivo fato gerador, especialmente no caso de Taxas pelo exercício do Poder de Polícia.

§ 1º A revisão de que trata este artigo será procedida pela Secretaria Municipal da Fazenda e deverá ser documentada em expediente administrativo, inclusive, quando for o caso, mediante termo de vistoria e verificação fiscal, conforme procedimentos que forem estabelecidos.

Tabai, o povo faz o progresso

Endereço Rua Deputado Julio Redecker, 251 - Centro - Tabai - RS - Fone: 51-3614.0115 / 51-99952.9190
www.tabai.rs.gov.br

"Doe Sangue - Doe Órgãos, Salve uma vida"



Município de Tabaí Estado do Rio Grande do Sul

§ 2º O Poder Executivo declarará as medidas previstas no “caput” deste artigo através de edital, indicando os contribuintes, a espécie tributária, o valor dos créditos expurgados ou cancelados e com a respectiva motivação.

Art. 13 O Poder Executivo fica dispensado de promover a execução judicial dos créditos tributários e não-tributários inscritos em dívida ativa que, em relação a cada contribuinte e computados o principal, juros, multa e correção monetária, sejam de valor inferior a R\$ 1.000,00 (um mil reais).

§ 1º O Município, através da Procuradoria Jurídica, fica autorizado a requerer a desistência das ações de execução fiscal que tenham por objeto créditos de valor inferior ao definido no “caput” deste artigo, já computados os honorários de sucumbência fixados, desde que a execução não tenha sido embargada e o contribuinte recolher em juízo o valor das custas e demais despesas do processo.

§ 2º Sempre que o valor total da dívida do contribuinte ultrapassar o valor estabelecido neste artigo, o Poder Executivo diligenciará para que seja promovida a execução fiscal, ressalvada a hipótese de parcelamento.

§ 3º Os créditos de que trata este artigo serão re-classificados pelo Poder Executivo em categoria própria, para fins de controle, resultando em cobrança administrativa a cargo da Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

Art. 14 O Poder Executivo regulamentará no que couber, a presente Lei.

Art. 15 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tabaí, 21 de janeiro de 2021.


Arsenio Pereira Cardoso
Prefeito Municipal



Município de Tabaí

Estado do Rio Grande do Sul

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Sr. Presidente,
Srs. Vereadores.

O presente projeto de lei visa alterar a Lei nº 1.908, de 07 de janeiro de 2021, que instituiu o Programa de Recuperação Fiscal do Município e dá outras providências.

Embora se trate de uma lei recém aprovada por esta respeitável câmara de vereadores, verifica-se que a situação imposta pela crise mundial da pandemia do Covid-19, que inevitavelmente atingiu também o nosso município, nos exige uma melhor avaliação do REFIS 2021, visando não somente oferecer benefícios ao contribuinte para que pague os débitos perante o município, mas também buscar uma efetiva recuperação dos créditos aos cofres públicos.

Em cumprimento aos preceitos da LC 101/2000 (LRF), esta administração municipal realizou diversos programas de recuperação de créditos municipais, tendo implantado dezenas de parcelamentos, com o incremento da arrecadação própria.

Contudo, diante da perda do poder econômico, desemprego e alta da inflação, entendemos que a situação exige estender os percentuais de descontos para pagamento à vista e para pagamento a prazo, de modo a incentivar o contribuinte a aderir ao programa de recuperação fiscal.

A lei atual prevê que os créditos poderão ser pagos em até 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, contudo, com o incentivo de pagamento à vista, entendemos necessário readequar para no máximo 40 (quarenta) parcelas, até porque, a experiência nos mostra que, parcelamentos muito estendidos levam à inadimplência. Assim, o presente projeto prevê pagamento à vista, em parcela única, com adesão e pagamento até 31 de maio de 2021, desconto de 100% (cem por cento) sobre a multa e juros; pagamento à vista, em parcela única, com adesão e pagamento de 1º de junho até 31 de dezembro de 2021, desconto de 80% (oitenta por cento) sobre a multa e juros e para pagamento a prazo, com adesão até 31 de dezembro de 2021, desconto de 60% (sessenta por cento) sobre a multa e juros.

Na medida em que, ao menos no curto e médio prazo, todo o cenário fático envolvendo a crise mundial da pandemia tende a permanecer, a apresentação da presente propositura cumpre relevante função, esperando-se, a partir dela, atender aos interesses tanto do município, quanto dos contribuintes, possibilitando uma nova chance de compor suas dívidas e evitar a tão indesejada e

Tabaí, o povo faz o progresso

Endereço Rua Deputado Julio Redecker, 251 - Centro - Tabaí - RS - Fone: 51-3614.0115 / 51-99952.9190

www.tabai.rs.gov.br

"Doe Sangue - Doe Órgãos, Salve uma vida"



Município de Tabai Estado do Rio Grande do Sul

onerosa execução fiscal e penhora forçada de seus bens, num momento em que aflige a todos com implacável dureza.

Assim, através do presente projeto, acreditamos que se alcançará de maneira mais adequada a justiça tributária e o equilíbrio fiscal.

Diante do exposto, contamos com a colaboração dos Nobres Vereadores dessa Casa.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tabai, 14 de janeiro de 2021.


Arsenio Pereira Cardoso
Prefeito Municipal

Tabai, o povo faz o progresso

Endereço Rua Deputado Julio Redecker, 251 - Centro - Tabai - RS - Fone: 51-3614.0115 / 51-99952.9190

www.tabai.rs.gov.br

"Doe Sangue - Doe Órgãos, Salve uma vida"